

Sem receita, Renda Brasil só redistribui pobreza

Economistas apoiam revisão de programas sociais, mas apontam necessidade de mais dinheiro para elevar cobertura

Thais Carranção

SÃO PAULO Unificar programas sociais como abono salarial, salário-família e seguro-defeso para ampliar o Bolsa Família, como parece pretender o governo para criar sua Renda Brasil, seria uma boa iniciativa, avaliam economistas.

Mas, sem ampliar o Orçamento, através de medidas como o fim de deduções de saúde e educação e aumento da alíquota do Imposto de Renda e da taxa de dividendos, seria apenas uma reorganização da pobreza.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, confirmou na

semana passada a intenção do governo de reformular o Bolsa Família, unificando programas sociais existentes e contemplando também trabalhadores informais beneficiados pelo auxílio emergencial pago na pandemia.

Mas não há mais detalhes sobre o plano da área econômica, que entra no debate num momento em que o Congresso avança na discussão sobre a criação de uma renda básica no pós-pandemia.

O Bolsa Família foi criado em 2003 a partir da unificação de quatro programas de transferência de renda existentes: Bolsa Escola, Bolsa Alimentação,

Vale Gás e Cartão Alimentação. Atualmente, atende 14,3 milhões de famílias.

Já o auxílio emergencial, criado para proteger os trabalhadores informais da perda de renda durante a pandemia, já soma 53 milhões de beneficiários, com um orçamento de mais R\$ 150 bilhões em apenas três meses e uma renda potencial por família de R\$ 1.200.

Diante do vulto da renda básica de emergência, a contribuição que pode ser dada pela unificação de programas como abono salarial, salário-família e seguro-defeso parece modesta para a ampliação do Bolsa Família (veja quadro).

Os três programas são considerados pouco eficientes — o abono e o salário-família, por serem destinados a trabalhadores formais, que não são hoje em dia os mais necessitados, e o seguro-defeso, pelo elevado índice de fraudes.

Mas mexer neles esbarra em problemas políticos. O abono, por exemplo, está previsto na Constituição, e mudá-lo exigiria uma PEC (proposta de emenda à Constituição). A tentativa feita na reforma da Previdência fracassou.

“A unificação parece uma troca vantajosa, você troca programas menos focalizados por um mais focalizado”,

avalia Marcelo Neri, diretor da FGV Social. Ele ressalta, porém, que pouco se sabe sobre os efeitos desses programas, devido à falta de avaliação de políticas públicas. “Tudo depende de como será a expansão do Bolsa Família, pois esse, sim, é um programa de qualidade reconhecida, então o risco de piorá-lo existe.”

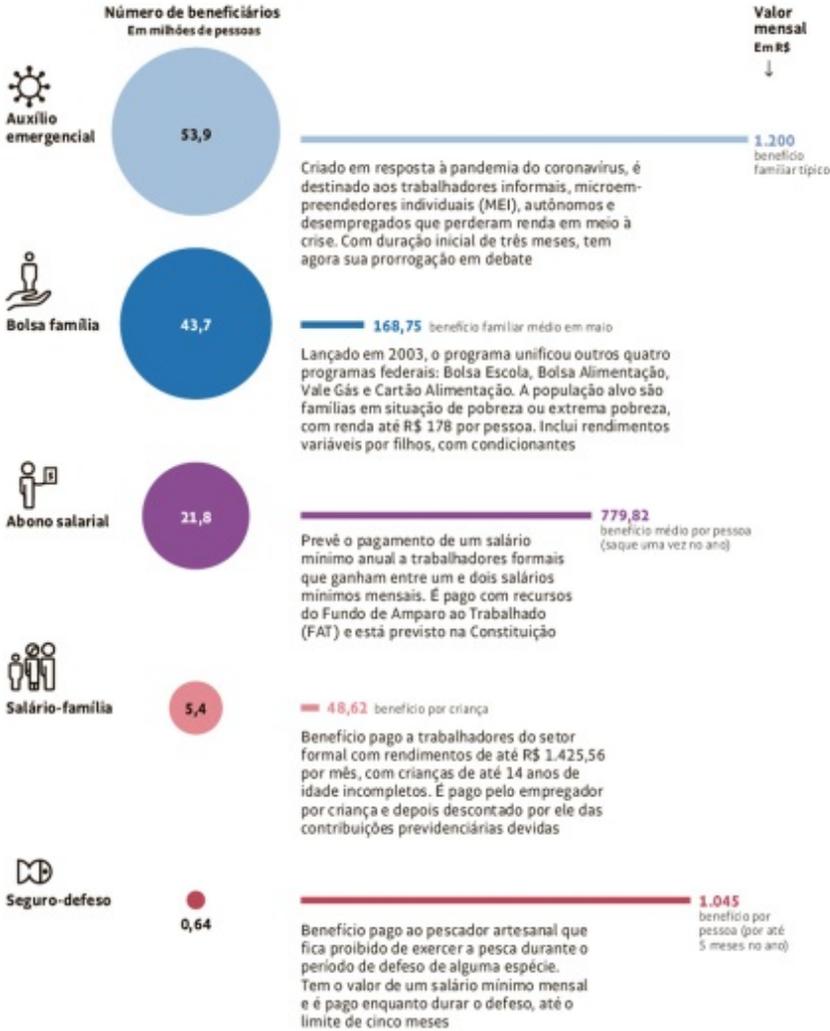
Manoel Pires, coordenador do Observatório de Política Fiscal do Ibre/FGV, também considera que a unificação pode ser positiva. Mas acredita que ela seria insuficiente para contemplar a ampliação significativa do Bolsa Família em valor e

número de beneficiários.

“É uma realocação de recursos dentro da pobreza. Está tirando de quem ganha um salário mínimo ou dois para realocar para quem tem ainda menos. Há um ganho distributivo, mas você não está tirando dinheiro de quem tem mais meios para financiar.”

Para Naércio Menezes, do Insper, a solução seria uma reorganização dos programas sociais, combinada a um aumento de receitas. “Tem imposto sobre herança, taxa de dividendos, aumento da alíquota marginal do IR. É preciso combinar várias fontes de receita.”

Políticas de proteção social no Brasil



Orçamento Média mensal (R\$ bilhões)

